

JOÃO CARLOS GRAÇA

Afinal, o que é mesmo a Nova Sociologia Económica?

Situada algures entre a economia e a sociologia, a sociologia económica tem tido um estatuto teórico instável e um reconhecimento académico limitado. Mais recentemente, o projecto da chamada Nova Sociologia Económica, para além da diversidade de empreendimentos acolhidos, tem vindo a ser definido com base em postulados que rejeitam quer o modelo do “agente racional”, quer o determinismo cultural que celebrizou a sociologia parsoniana, optando-se por postulados metodológicos de “terceira via”, nos quais predomina uma racionalidade balizada por molduras culturais. Haverá razões para questionar a coerência e a viabilidade intrínsecas daquilo que a NSE representa? Poderá ela própria ser considerada não tanto do ponto de vista da consistência do seu projecto teórico, mas sobretudo como um assunto de redes *small world* académicas?

1. Introdução: o projecto e as suas dificuldades

Não é decerto injusto dizer que, no panorama da teoria social das últimas décadas, o surgimento da chamada “nova sociologia económica” (NSE), associado sobretudo aos nomes de Mark Granovetter e de Richard Swedberg, é um facto de primordial relevância e significado. Apoiada por um lado na tradição propriamente parsoniana, quanto ao que não será despidianda a presença tutelar de Neil Smelser como co-editor com Swedberg do famoso *Handbook* (1994a, 2005a) que pretendeu assinalar o estado da arte e em certa medida definir o cânone da novel matéria, a NSE em todo o caso demarcou-se da estrita tradição da “grande teoria” quer pela diversidade de abordagens que reconheceu e pretendeu englobar, quer sobretudo pela irreverência com que proclamou encarar o diálogo com a ciência económica oficial. Ao contrário da mera divisão de tarefas com escrupuloso respeito pelas competências dos oficiais de diferente ofício, como Parsons ensinara, a NSE atreveu-se a contestar, embora de forma limitada, alguns dos pressupostos e dos métodos da economia académica. Mas, ao mesmo tempo, apressou-se a balizar o âmbito do seu próprio empreendimento de contestação, tendendo uma e outra vez a regressar à tradicional alegação auto-legitimadora da existência de diversos pontos de vista ou ângulos de análise, o seu próprio sendo apenas mais um outro, a justapor, mais do que a contrapor, ao da *economics*.

Esta limitada contestação, menos pela sua audácia do que pela sua timidez, não deixa de sugerir umas quantas ambiguidades e de suscitar um certo número de problemas. Situada algures, em posição instável e imprecisa, entre a economia e a sociologia, tal como de resto já acontecera até certo ponto com a sua antecedente “velha”, existirá algo mais na NSE do que a ideia, decerto sensata mas também assumidamente doutrinária e simultaneamente algo vaga, dum “justo meio” ou duma “terceira via” entre a conduta utilitária do “agente racional” da *mainstream economics* (ou da colemaniana “teoria das escolhas racionais”, RCT, que é o seu correlato sociológico) e o determinismo cultural do parsonismo? E, a existir realmente algo de substancial – além da óbvia tendência para mimetizar a tradição sociológica principal em matéria de apropriação selectiva das referências do passado canónico desta última (Aspers 1999, 2001) –, em que é que os postulados metodológicos da NSE se distinguem dos temas habituais das conversas sociológicas acerca da “reflexividade” e da “agência”?

Teremos boas razões para questionar a coerência e a viabilidade intrínsecas do núcleo mesmo daquilo que a NSE representa? Em face da preocupação e do interesse evidenciados por vários dos cultores deste saber relativamente ao tema das redes sociais, deverá a NSE ser ela própria ironicamente considerada não tanto do ponto de vista da consistência (talvez inexistente) do seu projecto teórico, mas sobretudo como um assunto de redes *small-world* de âmbito académico? Poderá o seu “quem é quem” ser definido, com um grão de sal mas não sem verdade, como um grupo de notáveis universitários cujo *path-length* relativamente a Richard Swedberg não ultrapassa dois?

Mas não poderemos também, independentemente da maior ou menor coerência ou rigor das nomenclaturas, reter do projecto da NSE sobretudo o sempre meritório, e por isso sempre jovem, projecto de unificação dos saberes relativos ao que habitualmente se designa por ciências humanas?

2. Algo da história dos problemas...

Ao longo dos tempos, definiu-se por vezes a sociologia económica como sector da *economics* (ou da economia política), ramo deste saber mais preocupado com os aspectos não estrita ou directamente económicos de realidades todavia no fundamental mercedoras de tratamento por parte da ciência económica. Quanto a isto, a sociologia económica aparece em toda uma tradição, sobretudo de economistas, como disciplina de algum modo afim daquilo a que por vezes se designa por economia “aplicada” – saber algo aproximativo e toscamente indutivo, a ser distinguido das alturas e dos rigores dedutivos da economia dita “pura” –, ou “social” – matéria preo-

cupada com as realidades da distribuição das riquezas, e por isso tangente às teorias da justiça, pelo que afastando-se necessariamente da sobriedade “positiva” dos modelos da sua congénere “pura”, cujo objecto por excelência seriam os factos da produção (Zafirovski, 1999: 2-9; ver também Ingham, 1996; Velthuis, 1999).

Nestas oscilações entre o “puro” e o “aplicado”, o “positivo” e o “normativo”, entre a “elegância formal” dos modelos matemáticos e as “mãos sujas” que o tratamento dos factos costuma acarretar, quase sempre a tradição da *mainstream economics* reconheceu, de bom ou mau grado, que há mais do que mera economia até mesmo nos mais simples dos simples factos económicos, e que a riqueza e a complexidade da realidade é maior do que a mais ousada das teorias pode atrever-se a sonhar. Mas quase sempre ela se apressou também a remeter esses aspectos adicionais, ou para um futuro mais ou menos distante em que o refinamento das suas próprias teorias permitiria enfim o relevar de um certo número de hipóteses simplificadoras – e com ele um tratamento mais englobante e compreensivo da irritante irregularidade e aparente arbitrariedade da multidão dos factos –, ou para uma ciência residual, um saber das sobras, cujo objecto seria o irracional, o instintivo, o lado intrinsecamente não *modelizável* da conduta humana, qualquer que fosse a valoração desse “algo mais” por parte do investigador. E assim se chega, por exemplo, à *sui generis* sociologia paretiana, pensada como ciência visando o tratamento lógico do pretense “não-lógico” – ou pelo menos a uma certa variante dessa tal sociologia paretiana.¹

A esta condição de ciência residual ou das sobras, configurando um estatuto académico tendencialmente periférico e mesmo algo duvidoso, de certo modo “afim da alquimia” (Camic, 1991: xxxviii; Velthuis, 1999: 8; Zafirovski, 1999: 2, 10), corresponde quase em eco uma outra concepção, de raiz comteana mas podendo também ela encontrar-se na obra de vários economistas ilustres, segundo a qual, sendo a sociologia a ciência dos factos sociais sem qualquer outra qualificação, a *economics* não seria mais do que uma província da ciência-mãe sociológica. A sociologia económica, nesta outra versão, seria a própria economia política – pelo menos, claro, desde que ela deixasse de ser um mero saber “em si” e se assumisse como saber “para si”. Isto é, repete-se... como sociologia de um tipo particular.

¹ Quanto ao facto de Pareto ter pretendido identificar factos de tipos distintos, lógicos e não-lógicos, atribuindo-os a diversas ciências, ou apenas aspectos distintos dos mesmos factos, uns lógicos, outros não-lógicos, ver Aspers, 2001; Dalziel e Higgins, 2002. O mesmo vale também para a oscilação entre a ideia duma sociologia enciclopédica, abrangendo a ciência económica, e uma outra de âmbito mais limitado, fazendo-a ocupar-se apenas do residual.

Esse tipo particular corresponde a uma classificação cujo fundamento é, notemo-lo, substantivista: o económico é aqui uma “zona” ou um “departamento” diferenciado do social, correspondente, segundo alguns comteanos amantes das analogias biológicas, aos “fenómenos de vitalidade ou de nutrição”. Era assim que o considerava, por exemplo, o positivista português Manuel Emídio Garcia, quando defrontava o problema da possível divisão da sociologia em disciplinas parcelares ocupando-se do económico, do político, etc. (Garcia, 1882: 9 ss.). Embora submetida a crítica pelos seus continuadores, esta concepção continuou sem dúvida a influenciar a forma como, nas décadas subseqüentes, a economia política foi entre nós leccionada na única instância universitária que então a acolhia, a Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Uma geração mais novo, Afonso Costa, em 1896, prolongava aliás as linhas divisórias referidas por Garcia à sociologia à discussão também das divisões internas do próprio direito (*apud* Laranjo, 1907: 13). E a problemática continuou em maior ou menor grau a ser glosada também por autores que a reportaram à economia política, à sua matéria e seus métodos, bem como à questão das suas relações com a sociologia. É o caso de José Frederico Laranjo, que mais ou menos explicitamente defronta o problema a propósito quer da economia política (1997: 5-12), quer do direito político e constitucional (1907: 9-13, 18), e de José Ferreira Marnoco e Sousa, que na *Ciência Económica* de 1910 se refere taxativamente à questão da chamada “economia social” e das relações economia-sociologia, considerando então insatisfatórias as ideias de René Worms, e de forma bem reveladora:

A primeira interpretação que apareceu foi a de que a economia social é a síntese da economia política e da sociologia. Esta concepção deixa muito a desejar, porquanto a sociologia é o todo de que a economia é a parte, e não se pode compreender de modo algum uma síntese de um todo e de uma das suas partes. (Sousa, 1997: 20)

Em todas estas investigações, acrescente-se, os académicos coimbrões do último *tournant de siècle* apropriam-se, criticando-as e reformulando-as, de ideias originárias de autores tão díspares como René Worms, Guillaume de Greef, Émile Levasseur e Charles Gide, entre vários outros.

Mas é sabido que nem todas as atitudes relativas à partilha de territórios foram de raiz substantivista. Não foi essa, na realidade, a via magna da discussão, pelo menos se atentarmos naquela que veio a ser a principal tradição sociológica novecentista. De facto, procurando reconciliar-se com a economia *mainstream*, e renegando por isso o seu próprio passado “institucionalista”, Talcott Parsons, por exemplo, julgou ter encontrado para a

sociologia (em geral, note-se, que não apenas económica) um espaço próprio, remetendo-a ao tratamento das finalidades da acção humana, ao passo que à ciência económica seria deixado ocupar-se dos meios da mesma acção. Enquanto saber dos *ultimate ends* ou dos *ultimate values*, registre-se, não corresponde à sociologia uma “zona” objectivamente identificável. É tudo uma questão de perspectiva (Parsons, 1934: 523 ss.; Camic, 1991: li, lvii ss.; Velthuis, 1999: 1-2; Zafirovski, 1999: 14).

O *tordesilbismo* desta partilha, porém, e apesar da estatura académica dos proponentes directos ou indirectos – Talcott Parsons pela sociologia, secundando, corrigindo e completando opiniões de Lionel Robbins pela *economics* –, não resolveu todos os problemas, nem acalmou todas as consciências. Numa outra famosa partilha de territórios, celebrada em data posterior, o próprio Parsons viria aliás a acordar com Alfred Kroeber uma distribuição deixando entregue à antropologia o “sistema cultural”, enquanto, no âmbito do famoso esquema AGIL, a sociologia se ocuparia do social (à psicologia e à biologia cabendo, é claro, os restantes dois sistemas).² Este outro acordo de cavalheiros, entretanto, subsume por completo a economia no social, chegando mesmo Parsons a identificar para ela um “conjunto estrutural concreto” e um determinado imperativo funcional, a adaptação. Talvez mais significativo ainda: a divisão de tarefas a que então se procede com a antropologia é norteadada por uma preocupação não disfarçada de identificar “nichos” académicos, competências institucionalmente reconhecidas para os vários grupos profissionais (Parsons e Kroeber, 1958).

Mas nem tudo é manifestação directa e declarada dum objectivo de reconhecimento académico. Segundo por esta altura se esclarece, se antes se assumira para as duas disciplinas académicas grupos de variáveis distintos (cada uma delas respeitando e considerando como realidade paramétrica o assunto da outra), agora postula-se a existência de um grupo diferenciado de variáveis apenas para a ciência económica, sendo deixada à sociologia a inteireza do terreno do social e dos respectivos “ângulos de vista”: relativamente a tudo o teorizado pelo economista, tem agora o sociólogo o direito e mesmo o dever de sobrepor depois a sua própria meta-teorização. Ao

² Por esquema AGIL entendem-se os quatro imperativos funcionais que Parsons identifica em todos os sistemas, os quais corresponderiam à adaptação, à prossecução de objectivos (*goal attainment*), à integração e à estabilidade normativa (*latency, pattern maintenance*). Segundo o sociólogo norte-americano, no âmbito do “sistema geral da acção”, ao sistema cultural corresponderia o imperativo funcional da estabilidade normativa (L), ao social o da integração (I), ao da personalidade o da prossecução de objectivos (G), ao biológico o da adaptação (A). Considerado enquanto totalidade, o sistema social poderia por sua vez ser subdividido em “conjuntos estruturais concretos” respeitantes *grosso modo* à religião, ao direito, à política e à economia, correspondendo a cada um destes conjuntos um dos imperativos funcionais referidos, e pela mesma ordem.

sociólogo parsoniano, pelo menos o desta fase tardia, nada do social é alheio. Tal como se explica, não deveria já pensar-se em termos de diferentes grupos de variáveis cometidos às diversas disciplinas académicas, como antes se recomendara, mas apenas de específicos aspectos da realidade que a *economics*, e só ela, deve tratar como paramétricos, enquanto a sociologia deve reportar as suas próprias variáveis fundamentais a toda a realidade social, independentemente do particular aspecto ou perspectiva com que trabalhamos. Todos eles, pois, são assunto sociológico (Parsons e Smelser, 1956: 5-6; Dalziel e Higgins, 2002: 14-15).³

Como parece relativamente óbvio, nem o acordo prévio é aqui respeitado no seu espírito, dado o económico aparecer explicitamente absorvido pelo “social” em sentido amplo, nem finalmente o princípio mesmo das divisões disciplinares é observado, dado tratar-se, também neste caso, de identificar um “económico” enquanto esfera distinta, à qual é mesmo cometida uma certa função, ou grupo de funções. Das partilhas fundadas na perspectiva regressa-se por conseguinte, pelo menos no que aos “conjuntos estruturais concretos” se refere, às partilhas de base substantivista.

O “imperialismo sociológico” parsoniano, entretanto, nunca deixou de ser fundamentalmente ilusório: é a importância relativa, nas décadas subsequentes, da economia e da sociologia académicas, que impõe a conclusão. O próprio Parsons, aliás, sempre que o diálogo com a economia o aconselhou, tratou de regressar a uma prudência diplomática que é habitualmente sinal de inferioridade estratégica. Na já mencionada obra famosa sobre sociologia económica, escrita em co-autoria com Neil Smelser, a sua atitude sistemática mantém afinidades fundamentais com a das suas próprias primícias, sendo a de alguém que alega identificar “verdades parciais”, enunciadas independentemente pelos principais economistas de então (Keynes, Schumpeter, Hicks, Kaldor), esforçando-se entretanto por sobrepor a tais verdades parciais uma alegada metavisão sociológica que, para além de operar meramente na sequência do fluxo dos eventos que diz interpretar, é ainda tão estratosféricamente rarefeita e obscura que acaba por deixar quase toda a gente indiferente... quando não pura e simplesmente incapaz de prosseguir na leitura.

De facto, em relação a tudo ou quase tudo o que a economia académica vinha concebendo e problematizando, da teoria dos ciclos às razões da inelasticidade dos salários teorizadas por Keynes, passando pelo “empre-

³ Aparentemente, Parsons adoptara esta atitude “abrangente” a partir do seu próprio reencontro com as ideias de Marshall, dado que a explana pela primeira vez nas *Marshallian Lectures* proferidas em Cambridge em Novembro de 1953, mas apenas redescobertas por Swedberg em 1991 (Dalziel e Higgins, 2002: 14).

sarialismo” à la Schumpeter ou mesmo às razões da diferença consagrada entre bens e serviços (muito mais subtis, garante-se, do que à primeira vista poderíamos pensar), a atitude de Parsons e Smelser corresponde ao que pode ser designado por busca da concórdia sublime, ou pelo menos superior: cada economista tem razão à sua maneira e sob um ângulo limitado, que Parsons e Smelser se encarregam de consagrar como legítimo na condição de poderem eles próprios reconduzi-lo ao âmbito do famoso esquema AGIL... Trata-se, claro, de sabedoria *post festum* em estado quase puro, dado que os autores se limitam de facto a seguir os acontecimentos consagrando-os como cruciais depois de se saber há muito que o são, abstendo-se obviamente (e sabiamente) de previsões que teriam a grave inconveniência de poderem ser desmentidas – e, como se tudo isso não bastasse, envolvendo ainda as suas especulações numa série de referências pouco claras, de jogos de ambiguidade, de inclinações para a auto-remissão que parecem destinados a garantir que o leitor desiste da própria leitura antes de se atrever nos terrenos da crítica.

Quanto a este aspecto de rarefacção e obscuridade, registemo-lo, a “grande teoria” tem inegáveis pontos de contacto com a tristemente famosa inclinação “autista” da ciência económica académica – mas no contexto duma inegável desvantagem (comparativa e absoluta) para si própria. É que, se aquela pode pelo menos invocar, para protecção da sua autoridade académica, o peso incontornável das fórmulas e dos criptogramas matemáticos, o refúgio do parsonismo tende a não mais do que singelamente literário.

Pelo lado da autoridade das matemáticas se passa também a uma outra pretensão imperialista, mas de sinal oposto: a que, no período posterior ao da hegemonia parsoniana, e via “teoria das escolhas racionais” (RCT), pretendeu transportar o “agente racional” da *economics* para o centro de toda a problemática sociológica (Boudon, 1977, 1979; Coleman, 1990, 1994). Talvez em parte a explicação para o empreendimento que a RCT representou resida na insatisfação mais ou menos generalizada que, pela década de 1970, o parsonismo provocara numa boa parte dos meios académicos. Talvez também a própria atitude prática prevalecente de Parsons – isto é, a oscilação entre o sublinhar das diferenças e a ênfase na pretensa vantagem da manutenção das fronteiras entre os campos disciplinares, de um lado, e a sugestão da metavisão sociológica englobante como mera sabedoria *post festum*, do outro – tenha propiciado uma experiência alternativa que, pelo menos, parece ter o mérito que os objectivos de unificação e coerência lógica dos diversos corpos académicos sem dúvida transportam consigo.

Em boa verdade, entretanto, se já mesmo na análise económica em sentido estrito o peso das hipóteses simplificadoras (independência das funções-

-utilidade dos agentes, informação perfeita, etc.) sobrecarrega o núcleo dos raciocínios com toda uma série de *as if* que apontam para a suprema irrelevância ou “autismo” do esforço intelectual (cf. Hodgson, 1994), aproximando os modelos económicos duma espécie de versão moderna do “jogo das contas de vidro” (em que ao alegado rigor teórico dos raciocínios se acrescenta a completa arbitrariedade dos resultados em termos práticos), tudo isso é, claro, muitíssimo mais verdadeiro ainda quando se pretende generalizar tal quadro de análise ao conjunto da existência humana.

3. ...e do seu núcleo analítico

E deste modo, também por *dégoût* com estas pretensões imperiais, se regressa à sociologia económica, ou à ideia da sua importância. Na que é talvez a obra crucial do ponto de vista do relançamento académico desta disciplina, Neil Smelser e Richard Swedberg arriscam-se a defini-la como o estudo dos factos económicos da perspectiva e no âmbito do quadro de referência sociológico. Aliás, é esse mesmo o título dado à introdução do *Handbook* na primeira edição, de 1994: *The Sociological Perspective on the Economy* (Smelser e Swedberg, 1994b: 3). E, já no corpo do texto, continua-se: trata-se, segundo se pretende esclarecer, da “perspectiva sociológica aplicada aos fenómenos económicos”; ou ainda, e em versão mais elaborada, da “aplicação dos quadros de referência, variáveis e modelos explicativos da sociologia a esse complexo de actividades relativo à produção, distribuição, circulação e consumo de bens e serviços escassos” (*ibid.*: 3).

Trata-se, porém, duma definição tão bela na sua simplicidade quanto imprecisa no seu significado. Em primeiro lugar, que quer dizer a expressão “fenómenos económicos”? Se se percorrer a definição de economia em manuais seja de *economics* seja de sociologia, facilmente se tropeçará com definições circulares, ambivalências e pior... Mas há mais: a definição de Smelser-Swedberg parece indicar um regresso à atitude substantivista característica do período pré-parsoniano. É verdade que a sociologia económica se distingue da *economics* por uma questão de perspectiva, mas isso não obsta, repare-se, a que se suponha a existência da economia como algo que *está lá*, objectivamente, um pouco à maneira dos referidos “factos de nutrição” de certos comteanos. Ora, convirá agora recordá-lo, foi antes de mais contra esta concepção do económico como um “departamento” distinto da realidade social, supostamente o relativo ao *business*, que Parsons (1934: 530) se manifestou com veemência nos seus escritos da década de 1930.

Por outro lado, que significam em boa verdade expressões como “quadro de referência sociológico” ou “perspectiva sociológica”? Pretender-se-á com isso regressar à ideia parsoniana do estudo dos *ultimate ends*? Os

autores não empreendem esse esclarecimento, limitando-se a referir, apoiados em trabalhos anteriores de Smelser,

[...] as perspectivas sociológicas da interacção pessoal, grupos, estruturas sociais (instituições) e controlos sociais (entre os quais são centrais os valores, as normas e as sanções). Em face de desenvolvimentos recentes, deveríamos acrescentar que as perspectivas das redes sociais, do género e dos contextos culturais também se tornaram centrais na sociologia económica [...]. Para além disso, a dimensão internacional da vida económica tem assumido maior saliência entre os praticantes desta disciplina, à medida que aquela dimensão tem penetrado as economias reais do mundo contemporâneo. (Smelser e Swedberg, 1994b: 3)

A edição de 2005, esclareça-se, mantém esta definição. A qual é, como se notará, uma definição que, partindo de fórmulas genéricas muitíssimo evasivas, opta entretanto prudentemente pelo método do arrolamento em regime de *lista aberta*: é sociologia económica, bem, aquilo que se revelar conveniente ir reconhecendo como tal, à medida que o tempo e as coisas forem avançando...

Estas dificuldades, todavia, parecem vir de trás, limitando-se os editores do *Handbook* a acolhê-las e suavizá-las tanto quanto possível – e a admissão duma larga pluralidade de abordagens, independentemente das razões práticas que a ela tenham levado, dificilmente poderá deixar de ser reconhecida como algo meritório em si mesmo –, sem todavia serem capazes de as resolver. É a este respeito digno de menção pelo menos o facto de que, partindo-se da concepção “departamentalizada” do social dos comteanos da última viragem de século, substituindo-se essa pela ideia do jovem Parsons da existência de grupos de variáveis diversos segundo a disciplina académica, passando-se depois pela noção do Parsons tardio de uma sociologia interessada *em tudo*, sobreposta (interpretando-a e transcendendo-a) a uma *economics* confinada a um grupo limitado de aspectos, pareça enfim regressar-se agora a uma tímida afirmação da existência duma pluralidade de perspectivas diversas, cada uma delas correspondendo a uma disciplina académica diferente (isto é, no fundamental a ideia do Parsons da década de 1930). Essa afirmação de pluralidade é corrigida entretanto quer pela ideia da existência dum “sector” distintamente económico do social (a ideia dos comteanos), quer pela noção adicional de que a perspectiva sociológica pode, nalguns casos, levar à correcção, ler aperfeiçoamento, da teorização produzida pela economia académica.

Não parece, entretanto, ser necessária uma particular inclinação para o *hindsight* para suspeitar, para além destas alegações algo frouxas e oscilantes,

de certo modo subjacente a elas, de uma preocupação de legitimação institucional – assunto menos de estrita racionalidade, se se quiser, do que de sociologia da ciência na plenitude desta última expressão, em todo o caso no sentido em que Charles Camic a entendia quando a referiu à luta pelo reconhecimento académico empreendida pelo jovem Parsons e à lógica da escolha de predecessores (menos com base na adequação de conteúdos do que na preocupação de “colagem” ao prestígio reconhecido) que obviamente presidiu à sua conduta por estes anos (Camic, 1987, 1992). Essa suspeita sai claramente reforçada quando se observa que em muita desta literatura divulgadora se trata afincadamente do típico compor do retrato de família em que, a partir de legados teóricos imensamente diversos e mesmo largamente opostos (Durkheim versus Weber; Marx contra Pareto...), se pretende inventar uma suposta coerência do *métier* sociológico no seu conjunto. A ser assim, deve registar-se, o problema está evidentemente longe de ser monopólio da variante económica da sociologia, sem embargo das questões suscitadas pelos antepassados ilustres que esta tende obviamente a eleger como seus apenas (dos quais Karl Polanyi é talvez o mais famoso), acrescentando-os ao panteão geral. Mas nem por isso é menos dela também.⁴

Entretanto, decerto porque a necessidade de auto-legitimação com carácter lógico ou aparência disso é incontornável, mas também porque quase sempre *el camino se hace al andar*, diversos contributos posteriores para a definição da NSE têm indiscutivelmente vindo a confluir no seguinte feixe de problemáticas: existe ou não uma unidade de contributos teóricos anteriores susceptível de apontar para uma tradição canónica e um património comum da sociologia económica? É esta uma província da sociologia? Em que consistem, nesse caso, a “perspectiva” ou o “quadro de referência” sociológicos, e como é que, dessa tal perspectiva, se delimita o económico? Ou é antes a sociologia económica uma região, e não a mais nobre, da *economics*? Ou trata-se, numa terceira variante, duma zona de intersecção ou sobreposição das duas disciplinas académicas, uma *no man’s land* que é por isso também uma *everyman’s land*? Ou ainda, em quarta versão, estaremos perante uma espécie de arqui-disciplina correspondente à reunião (e não à intersecção) de economia e sociologia? E, nesse caso, poderá ela responder

⁴ Quanto à construção de listas de ilustres na sociologia económica, cf. Smelser e Sweberg, 1994b e 2005b; Aspers, 1999 e 2001. Quanto à sociologia em geral, vejam-se as habituais galerias de predecessores egrégios, forçados – a bem ou a mal – ao consenso, à maneira de Aron, 1991; Bourdieu, Passeron e Chamboredon, 1998; Giddens, 1976 e 1998. Veja-se também, como verdadeiramente emblemática, a justificação de Jeffrey Alexander, 1988, para a insistência na importância do “panteão sociológico”. Quanto a esforços análogos, mas mais limitados, no caso da história do pensamento económico, ver ainda Rosner, 2000.

à objecção de que tais projectos megalómanos estão habitualmente votados ao fracasso? (Zafirovski, 1999: 6 ss.).

Mas os problemas, apesar de já bastante diversificados, não se esgotam nestas interrogações. Como já foi referido, segundo alguns a “nova” sociologia económica distinguir-se-ia da “velha” precisamente por uma atitude de desrespeito e irreverência para com a economia académica, pretendendo abordar o próprio núcleo das problemáticas económicas em ruptura aberta com os pressupostos da *mainstream economics*, em vez de sabiamente dar a César o que é de César, como a tradição parsoniana aprendera a fazer e recomendara à posteridade (Granovetter, 1987, 1990).⁵ Os agentes agem em ambientes “puros”? Não, estão intensamente inseridos em redes sociais (*ibid.*, 1985). Consideram o dinheiro como um simples meio abstracto e impessoal de pagamentos? Não, marcam-no em obediência a determinações afectivas e de acordo com tradições culturais específicas (Zelizer, 1989). As empresas procedem de acordo com critérios estritamente económicos? Não, frequentemente agem de acordo com objectivos políticos (Fligstein, 1996).

E poderíamos decerto continuar. Mas também podemos e devemos perguntar-nos: obedece tudo isto a um programa de investigações claro? Existe algo mais na NSE do que a sensata, mas algo vaga, noção doutrinária duma “terceira via” entre a RCT e o determinismo cultural parsoniano (Marques, 2003)? E, caso exista, em que é que podemos distinguir esse algo do contributo daquilo que habitualmente se designa por “economia institucionalista”, sobretudo na sua versão “velha” que Geoffrey Hodgson (1994) trouxe de volta à ribalta – evolução, conflito, causalidades circulares cumulativas, equilíbrios pontuados, *exaptações*, fenómenos QWERTY, *path-dependencies* –, para já não falar na famosa *econologia*, empreendimento conjunto que o mesmo Hodgson (1996-2004) também propôs?⁶

⁵ Mas está longe de existir consenso quanto a esta suposta diferença entre “nova” e “velha” sociologia económica. Contra ela, e em defesa duma fundamental continuidade, veja-se Zafirovski, 1999: 9 ss. É bem provável que a diferença faça sentido sobretudo quando reportada a um meio académico em que o ascendente parsoniano foi maior. Em casos em que os recursos intelectuais prevalecentes foram outros, e o confronto com a *mainstream economics* geralmente mais vivo e mais assumido, o sentido da pretensa novidade tende compreensivelmente a esfumar-se.

⁶ Ficam breves esclarecimentos quanto a algum do jargão “evolucionário” utilizado. *Equilíbrios pontuados*: referem-se à existência duma multiplicidade de “picos adaptativos”, de tal modo que a passagem de um para o outro se torna muito problemática, ainda que o último represente uma indiscutível vantagem adaptativa relativamente ao primeiro. *Exaptações*: os materiais espontaneamente produzidos pela evolução, embora originariamente de acordo com princípios adaptativos, podem ser continuamente reciclados para novas funções, de tal forma que uma realidade concreta não pode ser estudada referindo-a apenas à sua eventual funcionalidade, mas aos acidentes históricos concretos que a tornaram possível. Fenómenos QWERTY: uma realidade gerada em certo contexto, e que nele se torna funcional, pode persistir muito para além da sobrevivência dos factores ambientais que na origem determinaram a sua funcionalidade. Exemplo clássico é o teclado

Deve também, a este respeito, fazer-se pelo menos uma referência à “economia das convenções”, com cujos mestres os praticantes institucionais da sociologia económica têm recentemente procurado estabelecer um diálogo, que todavia ainda não foi aprofundado e está longe de poder ser considerado particularmente promissor (Swedberg, 2003; Jagd, 2004; Thévenot, 2004). Outros empreendimentos de “síntese”, ou de “fronteira”, têm virtualmente sido ignorados. A grande excepção, apesar da exclusão de Hodgson da lista de autores na versão mais recente do *Handbook*, é talvez o institucionalismo económico, relativamente ao qual deve pelo menos reter-se a observação de Olav Velthuis (1999: 6-7), quando registou que a maior parte dos adeptos deste último são recrutados nas academias europeias, enquanto a NSE, para além das inevitáveis diferenças de formas mentais acarretadas pela sua distinta tradição, observa igualmente o traço interessante da pronunciada hegemonia norte-americana na galeria de autoridades reconhecidas, sendo que o meio universitário da *economics* nos EUA continua ainda hoje em dia marcadamente hostil a tudo o que mesmo vagamente sugira institucionalismo. Talvez por isso mesmo, entretanto – o que é aceitável para a *mainstream economics* vindo duma disciplina diversa torna-se insuportável se teorizado por dissidentes seus –, não se tenha observado a aproximação ou mesmo convergência das duas correntes que Velthuis considerava não só enfim possível, como sobretudo desejável...

Tudo isto, como é evidente, torna forçoso levantar a suspeita: tratar-se-á sobretudo, no caso da NSE, de um facto académico susceptível de ser reconduzido à irracionalidade dos caprichos intelectuais? Pior ainda: será o próprio recalçamento/negação da tradição institucionalista a abrir para a NSE, pelo menos em certos meios, um *Lebensraum* académico que ela aproveita em benefício próprio sem reconhecimento das suas dívidas teóricas fundamentais? Ou então, e em versão mais benigna da mesma provocação: em face da preocupação reconhecida da NSE com o estudo das redes sociais, deveríamos sobretudo suspeitar nesse caso duma auto-ironia colectiva involuntária? Isto é: serão sobretudo os conhecimentos pessoais de Richard Swedberg, o seu super-abundante capital social, a suportar a rede internacional de académicos que mantém acesa a chama duma aparência

da máquinas de escrever, cujas primeiras letras são q-w-e-r-t-y, e que era mais funcional que os restantes dada uma determinada tecnologia de produção das máquinas. *Path-dependencies*: literalmente, dependência do caminho ou da trajectória. Diz-se em geral dos aspectos, sobretudo atinentes à limitação das opções reais defrontadas pelos agentes, destacados pelas teorizações valorizadoras da importância da história concreta no estudo duma qualquer realidade. *Econologia*: neologismo cunhado por Geoffrey Hodgson, reportando-se a um corpo (in)disciplinar a promover, o qual comportaria elementos teóricos e metodológicos importados quer da economia quer da sociologia.

de saber e de coerência que não o são de facto? O afã posto no conhecimento das lógicas das redes sociais deverá, em suma, ser considerado como o espontâneo *nosce te ipsum* da NSE?

4. Observações inconclusivas

Abandonando o plano da provocação, parece entretanto bastante razoável reconhecer-se a importância da existência de várias tradições académicas, dos seus rituais colectivos, dos seus cerimoniais e das suas formas específicas de preservação da memória grupal como condição absolutamente necessária à continuidade de qualquer corpo disciplinar. O que é verdade para a sociologia económica é-o também, e talvez em grau ainda superior, para a sociologia *tout court*, para a economia e para as várias outras ciências sociais, para já não levar demasiado longe a pretensão deste modesto inquérito.

Tomemos o caso da *economics*. Em boa verdade, que quer hoje dizer “economista”? Trabalhando no quadro duma pretensão declarada de unificação das ciências humanas, Samuel Bowles e Herbert Gintis, do justamente famoso Santa Fe Institute, e para mencionar dois nomes algo distantes da ortodoxia mais fechada, julgaram poder identificar o fundamento dos problemas de teoria social, quase a “pedra filosofal” do estudo das sociedades humanas, numa pretensa “reciprocidade forte” que, se por um lado interpelaria directa e assumidamente a noção económica vulgar de independência das funções-utilidade, obrigando assim à reformulação do quadro analítico da economia *mainstream*, por outro lado implicaria também, diz-se, o abandono dos actores hiper-socializados da sociologia tradicional – e isso em nome do facto de que “a facilidade com que os diversos valores são interiorizados depende da natureza humana [...], e o ritmo com que os valores são adquiridos e abandonados depende da sua contribuição para a aptidão e o bem-estar” (Gintis, 2003: 21).

Nesta ou em variedades semelhantes, este óbvio spencerismo e este inegável utilitarismo, aliás não menos vulgares apesar de saídos da pena dum *doctor subtilissimus*, parecem em todo o caso tender a constituir-se em tentações omnipresentes nas tentativas de unificação das ciências humanas operando com sede na *economics*. A inclinação para concepções sub-socializadas das condutas, e daí também para a alegada identificação demasiado apressada de pretensos universais de conduta fundados na “natureza humana”, é algo que uma mente treinada na profissão de economista tende a transportar consigo e a transformar em contrabando intelectual, talvez precisamente, e não sem algum ironia, porque o nível de interiorização das normas culturais de conduta é aqui tão profundo que torna difícil a tomada de consciência clara das mesmas... E, todavia, bastava a Gintis ter ao menos

levado em linha de conta a ideia neo-darwiniana de co-evolução, isto é, a noção de que as diferentes espécies vão interagindo e moldando o próprio meio em relação ao qual faz sentido discutir a própria *fitness*, para tropeçar no que é talvez a objecção mais central à sua linha de argumentação: não há, de facto, uma natureza humana inalterável relativamente à qual faça sentido discutir noções tais como a “contribuição para a aptidão e o bem-estar”. Quer o aspecto propriamente da “aptidão”, quer ainda mais o do “bem-estar”, são susceptíveis duma redefinição indefinidamente incremental; e essa é obviamente, e primordialmente, assunto da cultura.

A inquietação é, entretanto, sem dúvida a marca dominante no empreendimento da célebre dupla de Santa Fé, talvez por isso mesmo particularmente vocacionada para a ideia de unidade das ciências humanas. Oicamo-los agora num outro contexto, e atentemos na legitimação que, quase *in extremis*, eles encontram para a profissão de economista:

[...] as fronteiras disciplinares entre a economia e as outras ciências comportamentais [...] parecem agora mais impedir do que promover o conhecimento. [...] O leitor pode perguntar-se porque é que não fazemos as malas e nos tornamos sociólogos. A resposta, pensamos, está no facto de que os pontos fortes distintivos da economia – explicar preços e quantidades, bem como explorar as formas complexas e frequentemente inesperadas como acções não coordenadas geram resultados finais agregados e dinâmicas por vezes não antecipadas –, não é menos relevante hoje do que quando foi iniciado pelos economistas clássicos há dois séculos. (Bowles e Gintis, 2000: 20)

Quando se ouve tantas vezes falar em sociologia de efeitos perversos e ordem social, ou de ordem social como resultado de efeitos não desejados e não antecipados, pode parecer estranho que dois economistas *mastermind* considerem esse tipo de assuntos precisamente a diferença específica – ou a reserva senhorial – da sua profissão. Todavia, por alguma misteriosa razão, não resulta surpreendente que os vícios identificados sejam aqui reportados a uma variedade muito singular de *economics* e apenas ela, a economia walrasiana, e que o pretense núcleo analítico da disciplina seja assim cuidadosamente salvo das águas.

Qual é esse núcleo? Isso, entretanto, já parece tender a transformar-se em algo mais próximo de um mistério insondável, a ponto de as declarações de outro modo pungentes de outro economista *mastermind* – a economia política é “o corpo de teoria que se propõe explicar os fenómenos económicos” e “O que quer que tenha mudado, um elemento de continuidade que percorre a economia política de Montchrétien e antes até à de Stiglitz

e depois é a sua inescapável dependência de um qualquer tipo de teoria” (Waterman, 2002: 1) – já nos poderem parecer perfeitamente normais, dadas as circunstâncias...

Se indagarmos, entre outros assuntos, também acerca das inclinações da *mainstream economics* em matéria de implicações políticas, fácil se tornará verificar a enorme disparidade de posições existente nas formas como a *estória* da disciplina é contada: é ver, à laia de exemplo, o caso de Vilfredo Pareto, que no ensaio referido de Waterman aparece referido como apadrinhador de ideias de economia planificada: “socialismo paretiano” (*ibid.*: 8-9). E tudo isso, é claro, contraposto ao louvado carácter “orgânico” das concepções hayekianas, ao culto da sabedoria espontânea das nações que se depreende dos raciocínios económicos do austríaco. O que nos reservará ainda o futuro da história do pensamento económico, em matéria de *loopings* intelectuais e outras acrobacias?

Mas será só na economia académica que reina a confusão? Deixemos de considerar os outros e, seguindo o antigo mandamento filosófico, atentemos também nós na história da própria sociologia. Quem liga ainda hoje alguma importância à ideia durkheimiana de uma ciência – decerto abrangente também do económico, mas a distinguir cuidadosamente pelo menos do psicológico e do biológico – de factos ditos exteriores, coercivos e repetitivos (não exteriores e coercivos porque repetitivos, mas repetitivos porque exteriores e coercivos)? Ou, para além do lado trivial de tais noções, à definição weberiana de um empreendimento sistemático de compreensão e tipificação de acções dotadas de significados e reciprocamente orientadas, bem como das ordens delas resultantes? E isto, claro, para já nem falar do projecto paretiano de um pretenso conhecimento lógico do lado não-lógico da natureza humana...

E quem se preocupará verdadeiramente com a forma como empresas tão díspares podem ser concebidas de forma tal, e com tão grande dose de boa vontade e generosidade interpretativa, que são feitas compatíveis entre si? Ou como outros ainda, segundo as circunstâncias e as conveniências mais ou menos mutáveis, podem ser incorporados ou excluídos do panteão, apagados da fotografia de grupo ou nela redesenhados, e de formas em que a espontaneidade e a ligeireza se mesclam de forma perturbadora com a consciência e a premeditação...⁷

⁷ Quanto à forma como o problema particular representado pelo caso de Werner Sombart foi “processado” pela tradição sociológica de novecentos, veja-se Grundmann e Stehr, 2001. Acerca das questões que para a tradição de construção parsoniana representam, entre outros, Simmel e os institucionalistas norte-americanos, cf. Camic, 1987, 1989, 1991 e 1992.

Que se salva disto tudo? Antes de mais, parece-me, a apologia dumamente aberta e dum atitude alerta para as formas como as histórias das várias disciplinas académicas têm sido (re)escritas ao longo dos tempos – ou pelo menos o desejo disso; uma consciência clara, evidentemente, da importância de factores outros que não as estritas regras do jogo lógico na determinação do que têm sido o sucesso e o insucesso académicos; uma convicção, do mesmo modo, de que nesta matéria a história ainda não acabou nem está escrita de antemão; também uma adesão, decerto, a projectos unificadores, desde que a verdadeira complexidade das problemáticas seja salvaguardada – de facto, e não apenas nominalmente – e que o transporte das ideias seja feito às claras, de forma declarada, e não contrabandeado; a noção, enfim, de que as fronteiras disciplinares ou os *pedigrees* das ideias são menos importantes do que a fecundidade analítica das mesmas.

E talvez, bem vistas as coisas, já não seja pouco. É claro que, pelo menos em parte, a viabilidade do projecto da NSE pode também ser referida à própria inclinação pela transdisciplinaridade, para não dizer mesmo *indisciplinaridade*, acarretada ou sugerida por uma certa des-diferenciação social, neste caso académica, que já foi considerada uma das características da pós-modernidade (Anderson, 2005). Mas o assunto está porventura longe de poder ser reconduzido ao culto do transiente que anda habitualmente associado às teorias da referida pós-modernidade. Talvez a NSE, independentemente das suas limitações e inibições, seja ao fim e ao cabo um projecto a acarinhar antes de mais por estar em aberto, por nada ou quase nada excluir à partida, por expressar, enfim, aquela possibilidade de “síntese” enriquecedora de patrimónios *meméticos* diversos, que é talvez a primeira condição de vitalidade. Note-se que, como já foi observado (Hodgson, 1997), se no plano das realidades biológicas as convergências só são possíveis ao nível dos fenótipos, dado que em matéria de genótipos se impõe a lógica indefinidamente diversificadora e afastadora que é a da própria “árvore da vida”, já com as realidades culturais, e dada a fundamental distinção entre genótipo e fenótipo na transmissão *memética*, as fusões efectivas tornam-se possíveis, sendo pois a imagem da evolução menos a árvore – partindo da unidade e conduzindo ao afastamento irreversível – do que o labirinto – em que afastamentos e reaproximações são, uns e outros, indefinidamente possíveis, mas não necessários.

E que disciplina estará melhor vocacionada para a evolução no (e pelo) labirinto do que aquela que, precisamente, fez da análise das redes sociais um dos seus temas principais, se não mesmo o tema por excelência?

Referências Bibliográficas

- Alexander, Jeffrey C. (1988), “The Centrality of the Classics”, in Anthony Giddens; Jonathan Turner (Orgs.) (1988), *Social Theory Today*. London: Polity Press.
- Anderson, Perry (2005), *As origens da pós-modernidade*. Lisboa: Edições 70.
- Aron, Raymond (1991), *As etapas do pensamento sociológico*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Aspers, Patrik (1999), “The Economic Sociology of Alfred Marshall: An Overview”, *American Journal of Economics and Sociology*, Outubro, http://www.findarticles.com/p/articles/mi_m0254/is_4_58/ai_58496753/print.
- Aspers, Patrik (2001), “Crossing the Boundary of Economics and Sociology: The Case of Vilfredo Pareto”, *American Journal of Economics and Sociology*, Abril, http://www.findarticles.com/p/articles/mi_m0254/is_2_60/ai_75451916/print.
- Boudon, Raymond (1977), *Effets pervers et ordre sociale*. Paris: P.U.F.
- Boudon, Raymond (1979), *La logique du social. Introduction à l'analyse sociologique*. Paris: Hachette.
- Bourdieu, Pierre; Passeron, Jean-Claude; Chamboredon, Jean-Claude (1998), *Le métier de sociologue – préalables épistémologiques*. Paris: École de Hautes Études en Sciences Sociales.
- Bowles, Samuel; Gintis, Herbert (2000), “Walrasian Economics in Retrospect” (Department of Economics, University of Massachusetts, 01003, for publication in the *Quarterly Journal of Economics*; versão electrónica: <http://www.santafe.edu/files/gems/developments/marshall.pdf>).
- Camic, Charles (1987), “The Making of a Method: A Historical Reinterpretation of the Early Parsons”, *American Sociological Review*, 52(4), 421-439.
- Camic, Charles (1989), “Structure After 50 Years: The Anatomy of a Charter”, *The American Journal of Sociology*, 95(1), 38-107.
- Camic, Charles (1991), “Introduction: Talcott Parsons Before The Structure of Social Action”, in Talcott Parsons, *The Early Essays, Edited and with an Introduction by Charles Camic*. Chicago and London: The University of Chicago Press, ix-xix.
- Camic, Charles (1992), “Reputation and Predecessor Selection: Parsons and the Institutionalists”, *American Sociological Review*, 57(4), 421-445.
- Coleman, James (1990), *Foundations of Social Theory*. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press.
- Coleman, James (1994), “A Rational Choice Perspective on Economic Sociology”, in Neil J. Smelser; Richard Swedberg (Orgs.), 166-180.
- Dalziel, Paul; Higgins, Jane (2002), *Pareto, Parsons and the Boundary Between Economics and Sociology*. Working-paper, <http://nzae.org.nz/files/%2365-DALZIEL-HIGGINS.PDF>.
- Fligstein, Neil (1996), “Markets as Politics: a Political-Cultural Approach to Market Institutions”, *American Sociological Review*, 61(4), 656-673.

- Garcia, Manuel Emídio (1882), “Divisão interna da sociologia”, *O Instituto*, Vol. XXX, 9 ss.
- Giddens, Anthony (1976), *Capitalismo e moderna teoria social*. Lisboa: Editorial Presença.
- Giddens, Anthony (1998), *Política, sociologia e teoria social – confrontos com o pensamento social clássico e contemporâneo*. Oeiras: Celta Editora.
- Gintis, Herbert (2003), *Towards a Unity of the Human Behavioral Sciences*. Santa Fe Institute Working Paper #02-03-015, http://www-unix.oit.umass.edu/%7Egintis/unity_abst.html.
- Granovetter, Mark (1985), “Economic Action and Social Structure: the Problem of Embeddedness”, *American Journal of Sociology*, 91(3), 481-510.
- Granovetter, Mark (1987), “On Economic Sociology: an Interview with Mark Granovetter”, *Research Reports from the Department of Sociology, Uppsala University*, 1, 1-26.
- Granovetter, Mark (1990), “The Old and the New Economic Sociology: a History and an Agenda”, in Roger Friedland; A. F. Robertson (Orgs.), *Beyond the Marketplace: Rethinking Economy and Society*. New York: Aldine de Gruyter, 89-112.
- Grundmann, Reiner; Stehr, Nico (2001), “Why Is Werner Sombart Not Part of the Core of Classical Sociology?”, *Journal of Classical Sociology*, 1(2), 257-287.
- Hodgson, Geoffrey M. (1994), “The Return of Institutional Economics”, in Neil J. Smelser; Richard Swedberg (Orgs.), 58-76.
- Hodgson, Geoffrey M. (1996-2004), “Economic Sociology – Or Econology?”, in *Economic Sociology Editorial Series*, <http://www.gsm.uci.edu/econsoc/essays.html> e <http://www2.fmg.uva.nl/sociosite/topics/econsoc.html> e <http://www2.fmg.uva.nl/sociosite/topics/econsoc.html>.
- Hodgson, Geoffrey M. (1997), *Economia e evolução – o regresso da vida à teoria económica*. Oeiras: Celta Editora.
- Ingham, Geoffrey (1996), “Some Recent Changes in the Relationship Between Economics and Sociology”, *Cambridge Journal of Economics*, 20, 243-275.
- Jagd, Soren (2004), “Laurent Thévenot and the French Convention School: A Short Introduction”, *Economic Sociology European Electronic Newsletter*, 5(3), 2-9 (versão electrónica: <http://econsoc.mpifg.de/archive/esjune04.pdf>).
- Laranjo, José Frederico (1907), *Princípios de direito político e direito constitucional português*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Laranjo, José Frederico (1997), *Princípios de economia política – 1891*. Lisboa: Banco de Portugal (introdução e direcção de edição de Carlos Bastien).
- Marques, Rafael (2003), “Introdução, os Trilhos da Nova Sociologia Económica”, in João Peixoto; Rafael Marques (Orgs.), *A nova sociologia económica*. Oeiras: Celta Editora, 1-67.
- Parsons, Talcott (1934), “Some reflections on ‘The Nature and Significance of Economics’”, *The Quarterly Journal of Economics*, 48(3), 511-545.

- Parsons, Talcott; Kroeber, Alfred (1958), “The Profession: Reports and Opinions”, *American Sociological Review*, 23(5), 582-590.
- Parsons, Talcott; Smelser, Neil J. (1956), *Economy and Society, a Study in the Integration of Economic and Social Theory*. London, Boston, Melbourne and Henley: Routledge & Kegan Paul.
- Rosner, Peter (2000), “In Defence of a Traditional Canon: a Comparison of Ricardo and Rau”, in Michalis Psalidopoulos (Org.) (2000), *The Canon in the History of Economics*. London and New York: Routledge.
- Smelser, Neil J.; Swedberg, Richard (Orgs.) (1994a), *The Handbook of Economic Sociology*. Princeton, New Jersey: Russell Sage Foundation.
- Smelser, Neil J.; Swedberg, Richard (1994b), “The Sociological Perspective on the Economy”, in *idem* (Orgs.), 3-26.
- Smelser, Neil J.; Swedberg, Richard (Orgs.) (2005a), *The Handbook of Economic Sociology*. Princeton, New Jersey: Russell Sage Foundation.
- Smelser, Neil J.; Swedberg, Richard (2005b), “Introducing Economic Sociology”, in *idem* (Orgs.), 3-25.
- Sousa, José Ferreira Marnoco e (1997), *Ciência económica – 1910*. Lisboa: Banco de Portugal (introdução e direcção de edição de Maria de Fátima da Silva Brandão).
- Swedberg, Richard (2003), “Economic Sociology Meets the Economics of Conventions”, *Colloque Conventions et Institutions: Approfondissements Théoriques et Contributs au Débat Politique*, http://forum.u-paris10.fr/cd/fr/seminaires/coll_convention/programme.asp.
- Thévenot, Laurent (2004), “The French Convention School and the Coordination of Economic Action, Laurent Thévenot Interviewed by Soren Jagd at the EHESS Paris”, *Economic Sociology European Electronic Newsletter*, 5(3), 10-16 (versão electrónica: <http://econsoc.mpifg.de/archive/esjune04.pdf>).
- Velthuis, Olav (1999), “The Changing Relationship Between Economic Sociology and Institutional Economics: from Talcott Parsons to Mark Granovetter”, *American Journal of Economics and Sociology*, Outubro, http://www.findarticles.com/p/articles/mi_m0254/is_4_58/ai_58496752/print.
- Waterman, A. M. C. (2002), “«New Political Economics» Then and Now: Economic Theory and the Mutation of Political Doctrine (Historical Perspectives)”, *American Journal of Economics and Sociology*, Janeiro, http://www.findarticles.com/p/articles/mi_m0254/is_1_61/ai_84426592/print.
- Zafirovski, Milan (1999), “Economic Sociology in Retrospect: In Search of its Identity Within Economics and Sociology”, *American Journal of Economics and Sociology*, Outubro, http://www.findarticles.com/p/articles/mi_m0254/is_4_58/ai_58496751/print.
- Zelizer, Viviana A. (1989), “The Social Meaning of Money: «Special Moneys»”, *American Journal of Sociology*, 98(2), 342-377.